

Valorização, incentivo e reconhecimento:

Um olhar sobre a percepção de fornecedoras e fornecedores do Grupo de Consumo Responsável Jerivá em São Lourenço do Sul (RS)

Thielle Vieira Pinho¹

Isabela Fredes de Freitas²

Thais Silva Mascarenhas³

Roberto Caldeira Lopes⁴

Liandra Peres Caldasso⁵

Eduardo Guatimosim⁶

Resumo: O presente estudo apresenta um olhar sobre a percepção das fornecedoras e dos fornecedores do Grupo de Consumo Responsável (GCR) Jerivá, localizado em São Lourenço do Sul (RS), acerca de sua satisfação em participar do GCR. Foram realizadas entrevistas com cada fornecedora ou fornecedor através de aplicativos de mensagens, conversas informais e ligações telefônicas. De maneira geral, ao longo de dois anos, o GCR tem sido uma importante estratégia de comercialização para os empreendimentos da agricultura familiar agroecológica, sendo comercializados mais de dezenove mil reais, entre novembro de 2019 e agosto de 2021. Além do retorno financeiro, o GCR valoriza o saber fazer das famílias envolvidas, incentiva as pessoas a permanecerem na produção agroecológica, amplia o acesso de consumidoras e consumidores à alimentos agroecológicos de qualidade, além de permitir o comércio justo e solidário dos produtos da agricultura familiar, e de reconhecer a importância do trabalho das mulheres do campo. A manutenção da agrobiodiversidade nos territórios, em parceria com arranjos produtivos relacionados à economia solidária, via GCR Jerivá, tem contribuído para a construção de processos de soberania alimentar.

Palavras-chave: circuitos curtos; comércio justo; economia solidária; consumo responsável.

Abstract: The present survey presents a look over the perception of the suppliers of the Responsible Consumption Group (RCG) Jerivá, established at São Lourenço do Sul (RS), regarding their satisfaction in participating to the RCG. Interviews were done with suppliers by the means of messages apps, informal talks and phone calls. In general, over two years, the RCR has been an important commercial strategy to the agroecological family agricultural enterprises, being retailed more than nineteen thousand Brazilian Reais. Apart from the financial support, the RCR values the agroecological know-how of the involved families, encourages people to remain on the agroecological production, magnify the access of consumers to quality agroecological food items, as well as to allow the fair-trade of products of the family agricultural, and to recognize the importance of the field women's labor. The maintenance of the agrobiodiversity within the territories, in partnership with the productive arrangements related to the solidarity economy, via RCG Jerivá, have been contributing for the construction of processes of food sovereignty.

Keywords: short selling; fair trade; solidarity economy; responsible consumption.

¹ Universidade Federal do Rio Grande (Campus São Lourenço do Sul), Graduada em Agroecologia (FURG). thielle.pinho@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande (Campus São Lourenço do Sul), Graduada em Agroecologia (FURG). isabelafredes@gmail.com

³ Instituto Kairós, Mestre em Educação (USP). thaismas@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Rio Grande, Mestre em Contabilidade (FURG). robertocaldeiralopes@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Rio Grande (Campus São Lourenço do Sul), Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ). liandra.caldasso@gmail.com

⁶ Universidade Federal do Rio Grande (Campus São Lourenço do Sul), Doutor em Agronomia (UFV). e.guatimosim@furg.br

Introdução

A agricultura familiar possui grande representatividade no que tange ao fortalecimento da produção de alimentos, à soberania alimentar e à relevância no setor econômico. Segundo o censo agropecuário de 2017, aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos rurais foram classificados como sendo da Agricultura Familiar, os quais foram responsáveis por 23% de todo valor bruto da produção agropecuária, o que equivale a R\$ 107 bilhões de reais (IBGE, 2017). Dentre esses estabelecimentos, mais de 20 mil são Empreendimentos de Economia Solidária (EES), com aproximadamente 1 milhão de participantes, dos quais 48% são rurais e 17% são urbanos (FARIA, 2011). Para Sabourin (2017), a agricultura familiar pode ser definida como uma categoria social histórica, que as famílias de agricultores conseguiram fazer-se reconhecer como categoria política.

De acordo com os decretos 9.064, de 2017, e 10.688, de 2021, que regulamentam Lei nº 11.326/2006, a agricultura familiar e os empreendimentos familiares rurais contemplam aqueles agricultores e agricultoras que cumprirem, conjuntamente, os seguintes critérios: possuir até quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do empreendimento; auferir, no mínimo, metade da renda familiar resultante das atividades econômicas praticadas nos seus estabelecimentos; ou alcançar o percentual mínimo da renda familiar definido pelo poder Executivo; e gerenciar a propriedade com mão de obra estritamente familiar (BRASIL, 2006; 2017; 2021).

Para além da importância econômica, a agricultura familiar promove a criação de vínculos locais e regionais de comercialização, o que possibilita a aproximação dos núcleos urbanos com as unidades de produção, bem como podem ser uma eficiente estratégia de consolidação de circuitos curtos de produção, distribuição e consumo, apoiando pequenos agricultores familiares que, via de regra, encontram-se à mercê da instabilidade do mercado capitalista (MALUF, 2004; UENO *et al.*, 2016).

Tal dependência se dá em função da substituição dos ritmos da agricultura familiar ao longo do tempo pela inserção tecnológica e, em alguns casos, pela dependência do capital financeiro e industrial (SCHNEIDER, 2006). Essa metamorfose, no Brasil, se tornou bastante diversificada e caracterizada pelo contexto regional, técnico-produtivo, cultural e econômico em que está inserida, mas, sobretudo, modificada pelos impactos dos processos de mercantilização (SCHNEIDER, 2006; CONTERATO *et al.*, 2010). Além das transformações econômicas e produtivas na agricultura, houve também mudanças socioculturais, como as questões de gênero.

Costumeiramente, nos núcleos familiares rurais, o responsável pelas atividades (agrícolas ou não) é quase sempre alguém do gênero masculino. Estudos destacam que nem mesmo as mulheres se reconhecem enquanto integrantes da realização das tarefas da propriedade (para além das tarefas

domésticas), tendo longas jornadas de trabalho com baixa ou nenhuma remuneração (HERRERA, 2016; LOMBARDI, 2009). As mulheres do campo são essenciais na agricultura familiar, uma vez que as suas atividades cotidianas estão relacionadas integralmente às suas famílias e aos seus estabelecimentos agrícolas (HERRERA, 2016).

No que tange à comercialização da produção por parte de empreendimentos agrícolas familiares, vale ressaltar as vendas e entregas em domicílio, as vendas em cooperativas, em feiras livres, nos mercados institucionais (entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA⁷ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) além das vendas via atravessadores, grandes varejistas, empresas especializadas, dentre outros (MALUF, 2004; UENO *et al.*, 2016). Contudo, apesar das possibilidades que o PNAE e PAA oferecem à agricultura familiar, há a necessidade de maior organização dos empreendimentos, devido às exigências burocráticas necessárias para o acesso a estes mercados (INSTITUTO KAIRÓS & CAPINA, 2013).

Recentemente, muito em razão da valorização da alimentação saudável e da necessidade de isolamento social decorrido da pandemia de Covid-19, outras estratégias de comercialização ganharam mais relevância, sobretudo experiências relacionadas à Economia Solidária (SILVA *et al.*, 2020), como é o caso dos Grupos de Consumo Responsável (GCR), incluindo as Comunidades que Suportam a Agricultura (CSA). Estas formas de comercialização apresentam estreito vínculo com temáticas importantes, como a economia solidária, a agroecologia, a soberania alimentar e o comércio justo e solidário (PISTELLI & MASCARENHAS, 2011).

Os GCR têm sido uma alternativa estratégica de venda e consumo de produtos, em que consumidores têm papel central na organização da comercialização, criando proximidade com os fornecedores de forma a se distanciar do sistema convencional de produção e consumo (PISTELLI & MASCARENHAS, 2011). O sistema convencional se caracteriza por reforçar a monotonia alimentar, baseando-se nos modelos agrícolas de monocultivos, voltados para *commodities* para a exportação, ao invés da produção diversificada de alimentos (GONÇALVES & MASCARENHAS, 2017).

Por outro lado, o consumo responsável e as práticas do comércio justo e solidário estimulam um modelo de desenvolvimento mais comprometido com os empreendimentos da agricultura familiar, estes, que poucas vezes são valorizados pelo seu trabalho (PISTELLI & MASCARENHAS, 2011).

Outro ganho desse sistema alternativo de comercialização é promover a aproximação entre consumidores responsáveis e EES. Isso permite estabelecer relações de confiança, justiça social e

⁷ PAA: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi extinto pelo decreto nº 10.880/2021 e, em seu lugar foi implementado o Programa Alimenta Brasil.

reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, de modo que os EES conseguem escoar seus produtos para consumidores organizados, com remuneração a um preço mais justo, portanto, uma oportunidade de renda sob melhores condições de trabalho, proporcionando maior qualidade de vida a todos (INSTITUTO KAIRÓS& CAPINA, 2013).

O presente trabalho buscou compreender as percepções das famílias agricultoras agroecológicas que fornecem para o GCR Jerivá em São Lourenço do Sul (RS), e verificar de que maneira o fornecimento de produtos ao GCR influencia suas práticas e dinâmicas.

Metodologia

Considerações iniciais

O GCR Jerivá foi constituído em agosto de 2019 em São Lourenço do Sul (RS), a partir dos princípios da agroecologia e da economia solidária, por consumidores locais, com o apoio da Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária da Universidade Federal do Rio Grande (INEESOL/FURG) e do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária da Universidade Federal de Pelotas (TECSOL/UFPel). O grupo trabalha em associação com fornecedoras de alimentos oriundos de sistemas agroecológicos ou em transição agroecológica e com EES. É importante ressaltar que, mesmo que muitos dos fornecedores e fornecedoras ligados à agricultura familiar não estejam consolidados como EES, o GCR Jerivá segue desenvolvendo a parceria com estes grupos, a fim de incentivá-los a buscar estratégias de fortalecimento dentro desta perspectiva. Atualmente, participam do GCR cerca de 13 consumidoras e consumidores que, em sua grande maioria, são docentes, pesquisadoras e estudantes vinculadas à FURG. Destas 13, apenas duas pessoas apresentam fenótipo de pessoas não brancas. A comercialização é limitada a membros do grupo, e se dá através de uma Feira Virtual organizada dentro da plataforma Cirandas (cirandas.net). Treze EES fornecem para o GCR, dos quais 9 são agricultoras e agricultores familiares, 1 produz plantas ornamentais e 3 são agroindústrias. Todas as fornecedoras e fornecedores do GCR possuem fenótipo de pessoas brancas, sendo a maioria descendentes de alemães e pomeranos.

Coleta de dados

As coletas de dados relativos ao consumo do GCR ocorreram entre novembro de 2019 e agosto de 2021, por meio da análise dos dados obtidos junto à plataforma Cirandas. As entrevistas com os EES ocorreram entre junho de 2020 e agosto de 2021, por meio de uma pesquisa qualitativa. Visando preservar a identidade das famílias agricultoras, os EES serão doravante denominados a partir da localidade em que as famílias habitam.

As agricultoras e agricultores que comercializam seus produtos não apenas no GCR Jerivá, mas também na Feira Livre de São Lourenço do Sul responderam à pesquisa presencialmente. Para

todos os demais que não comercializam presencialmente na feira as entrevistas foram realizadas por meio aplicativos digitais, via mensagens e por ligações telefônicas. Foram feitas perguntas acerca da propriedade, da composição do núcleo familiar, das formas de comercialização da produção, da diversidade e valores dos produtos comercializados e da satisfação em participar do GCR. As respostas foram tabuladas em uma matriz, a fim de facilitar a análise.

Resultados e discussão

Após a coleta de dados e realização das entrevistas, as respostas foram organizadas numa matriz, que contém ao todo 175 entradas, as quais representavam as seguintes informações: integrantes da família envolvidos na atividade; área da propriedade; área de produção; formas de comercialização; tempo em que está no GCR, valor total comercializado com o GCR; diversidade de produtos comercializados; e satisfação da família com o GCR. A partir da matriz de respostas, foram realizadas as análises dos dados, observando-se: a comercialização para o GCR e o consumo responsável; a caracterização das agricultoras e da agricultura da região; e o trabalho da mulher.

Consumo Responsável e comercialização

O montante de R\$19.180,35 reais foi comercializado entre todos os 13 EES e o GCR Jerivá, em dois anos. Este montante representa, em média, R\$1.475,41 reais por EES (cerca de R\$61,48 mensais).

Cabe destacar que o cenário da pandemia de Covid-19 diminuiu o fluxo de compras por consumidores em diferentes pontos de comercialização presencial, devido ao isolamento social e ao receio das pessoas serem infectadas, afetando principalmente a agricultura familiar que se deparou com um alto grau de vulnerabilidade (FAO, 2020).

Além disso, diante da grave situação em que o país se encontrava ao final de 2020, metade das famílias perderam, em média, um terço da renda que habitualmente recebiam, sendo que no Rio Grande do Sul, este montante chegou a 39,5% (DEL GROSSI, 2020).

A família *Campos Quevedos* comenta em relação à contribuição de renda através do GCR “[...] contribui pouco com a renda, mas tá bom. Pode ser uma ferramenta muito importante para o futuro. Toda construção leva tempo. [...] Às vezes contribui mais, às vezes menos, mas tá muito bom.” Embora seja um valor monetário pouco significativo, ao longo de dois anos, foram quase 20 mil reais que circularam no território, entre as consumidoras e fornecedoras de São Lourenço do Sul.

Ademais, uma importante característica do GCR é que os produtos ofertados são comercializados antecipadamente, ou seja, somente é feita a colheita daquilo que já foi vendido. Esse é um aspecto relevante, levando em consideração os dados da FAO, que apontam que em 2013, o Brasil teve por volta de 26,3 bilhões de toneladas de alimentos desperdiçados (FAO, 2018). Essa

forma de venda (garantida) evita o desperdício de alimentos na pré e pós-colheita, bem como o desperdício em uma proporção maior nos processos de logística e armazenamento, e até mesmo na comercialização (JUNIOR & SOARES, 2014).

Para além do desperdício, outros fatores podem interferir na comercialização de produtos. Famílias que comercializam produtos em Feiras Livres, por exemplo, por vezes enfrentam condições climáticas adversas, que podem impactar diretamente na procura por parte dos consumidores. Esta questão é comentada pela família Butiá “[...] o bom do Grupo [Jerivá] é que a gente tem uma garantia de venda antes de colher. Não tem perda, né? Não tem prejuízo! O clima influencia na venda da feira, mas no [Grupo] Jerivá não, a venda é estável, estabilizada.”

No que tange aos mercados institucionais, dos três empreendimentos que têm acesso a estes mercados, como o PAA e o PNAE, um EES parou de comercializar em razão da atual conjuntura política e de baixos investimentos governamentais. Apesar das possibilidades que tais programas oferecem à agricultura familiar, existem também desafios devido às exigências burocráticas necessárias à sua implementação (INSTITUTO KAIROS & CAPINA, 2013). Ainda assim, as políticas públicas para a agricultura familiar foram essenciais nas oportunidades de créditos agrícolas, programas de fortalecimento de capacitação e apoio às organizações locais (SHIMITT & GRISA, 2013). Entretanto, nos últimos anos o desmanche de tais políticas tem sido recorrente (SABOURIN, 2022).

Agricultura e agricultoras que fornecem o GCR Jerivá.

São Lourenço do Sul começou a ser povoada pelos imigrantes da região da Alemanha e da Pomerânia por volta do século XIX. Os pomeranos, que representaram a maior parte dos imigrantes da região, sempre se dedicaram ao mundo rural, diferentemente dos alemães que possuíam outra posição social (SCHNEIDER; KRONE; MENASCHE, 2016). Esta diferenciação provocou uma distinção de conotação étnica para os pomeranos, que por sua característica camponesa, passaram a ser denominados como "colonos", "pomeranos" e até mesmo "alemão-batata" (SCHNEIDER; KRONE; MENASCHE, 2016).

A região colonial serrana em que São Lourenço do Sul está localizada é denominada como Serra dos Tapes, e é composta também pelos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas e Turuçu (SALAMONI & WASKIEVICZ, 2013). No que se refere à produção agrícola, o território é majoritariamente ocupado pelas culturas do fumo, batata, soja, fruticultura (agroindústria) e arroz (LIMA, 2006; SALAMONI & WASKIEVICZ, 2013).

A partir da década de 1970, a região de São Lourenço do Sul passou a ter grande interferência da extensão rural e da pesquisa agropecuária, modificando os sistemas produtivos adotados pelos estabelecimentos (LIMA, 2006). Os agricultores passaram a produzir o que o mercado industrial

exigida, e houve um declínio da comercialização dos produtos tradicionalmente cultivados, sobretudo a batata - que um dia teria sido um dos produtos mais importantes da região (LIMA, 2006).

Muitas dessas famílias mantinham ou ainda mantêm uma produção convencional, tendo impactos negativos sobre a saúde das pessoas e do meio ambiente como um todo (MARQUES *et al.*, 2015). Por outro lado, houve famílias sempre se mantiveram como agricultoras convencionais, outras, como agricultoras ecológicas e, por conta disso, garantiram o *saber-fazer ecológico* da cultura pomerana (MARQUES *et al.*, 2015). Atualmente, na região sul do RS, muitas famílias de origem pomerana são reconhecidas e se tornaram referências na agricultura ecológica (MARQUES *et al.*, 2015). A família *Santa Isabel* conta como se sente ao encontrar um meio de comercialização que possui princípios agroecológicos “[...] *é muito gratificante [participar do GCR]. Tenho aprendido muito, conhecido pessoas maravilhosas que pensam no meio ambiente. Coisa que sempre lutei para defender, mas não encontrava quem pensasse como nós. O grupo ajuda muito, não só no financeiro, mas na propaganda do produto!*”

Agroecologia e valorização do trabalho da mulher

Dos 13 EES que fornecem para ao GCR Jerivá, 12 são compostos por mulheres, permitindo ao grupo uma diversidade de produtos oriundo do saber-fazer agroecológico. O grupo conta hoje com uma oferta de 700 tipos de produtos, entre hortaliças, raízes, frutas, panificados, alimentos processados, flores e chás (FREITAS *et al.*, 2022). São empreendimentos que, com suas especificidades e produtos característicos dos seus costumes, gastronomia e práticas culturais, muitas vezes tiveram sua identidade negligenciada em razão de sua origem (MARQUES *et al.*, 2015).

O total de produtos ofertados para o GCR se dá, na maior parte das vezes, pelo trabalho de muitas mãos. Porém, em alguns casos, apenas por uma única pessoa. Entre todos EES avaliados, quando questionados quais eram os integrantes ativos na propriedade, seis famílias falaram acerca do papel da mulher.

Uma das famílias não citou a mulher como ativa nas atividades agrícolas. A mulher (esposa) da família *Santa Isabel*, disse acreditar apenas "ajudar" o esposo, sendo o marido responsável pela maior parte das atividades.

Nas outras cinco famílias em que as mulheres foram citadas como ativas nas atividades agrícolas, também foi possível notar que estas mulheres, além de trabalharem nas tarefas de produção (e se reconhecerem como ativas no processo), também são responsáveis pelos trabalhos domésticos e de reprodução da vida, não diferente do que ocorre na maior parte do meio rural (FARIA, 2011; HERRERA, 2016).

Uma vez que o trabalho das mulheres comumente é associado apenas com trabalhos domésticos— ocupando o papel de mães ou filhas, as atividades que desempenham fora do ambiente doméstico são vistas como somente ajuda (WEDIG *et al.*, 2008; HERRERA, 2016).

O trabalho da mulher, quando não relacionado aos afazeres domésticos, é considerado como secundário ou complementar, mesmo que realizem o mesmo trabalho desempenhado pelos homens (WEDIG *et al.*, 2008; LOMBARDI 2009; HERRERA, 2016). Segundo Herrera (2016), as decisões da propriedade agrícola sobre as culturas que serão investidas nos empreendimentos, geralmente, são decididas exclusivamente pelo marido e, em alguns casos, inclusive as estratégias de comercialização.

Vale ressaltar que as famílias *Quevedos I e II, Campos Quevedos, Fortaleza e Figueira do Prado*, diferentemente das demais famílias, são chefiadas exclusivamente por uma mulher, que está à frente de todas as atividades domésticas, agrícolas e também comerciais (na Feira Livre de São Lourenço do Sul e no GCR Jerivá). Ao comentar acerca de seu sentimento sobre o GCR, a mulher (e esposa) da família *Campos Quevedos* relata: “[...] muito feliz! Era uma coisa que sempre queríamos fazer, mas sozinho [a família sozinha] não tinha como. Aí surgiu o grupo Jerivá, uma alegria imensa, praticamente realizando um sonho!”

Segundo Faria (2011), os EES guiados por mulheres possuem uma preocupação maior com a qualidade de vida dos consumidores, obtendo relações mais próximas de comercialização e, por conta disso, facilitam a comercialização dos produtos.

As mulheres que fornecem para o GCR acabam se identificando com o Jerivá, por meio da aproximação entre fornecedoras e consumidoras, além do grupo suprir problemas de logística, por exemplo, como conta a agricultora da agroindústria *Figueira do Prado* “*Gosto de trabalhar com o pessoal do grupo. Não tem frescura! É vapt-vupt, tá feito o pedido e a entrega.*”

Para, além disso, muitas se sentem reconhecidas e valorizadas através do Jerivá, como comenta a agricultora da família *Fortaleza* “*Bom, a gente não vende muito. Mas alguém, o grupo, dá valor pra gente!*”; e da família *Quevedos II*: “*Sim, estou feliz em participar do Jerivá. Sempre ajuda na renda*”.

Considerações finais

O Grupo de Consumo Responsável Jerivá é uma estratégia alternativa de comércio justo e solidário que vem auxiliando (através de parcerias e também financeiramente) os EES ligados à agricultura familiar local e regional desde 2019. Ademais, o GCR incentiva o pertencimento dos agroecossistemas agroecológicos, estimula aqueles que estão em transição e encoraja os que pretendem trabalhar com agricultura de base ecológica e com a comercialização através das redes de comércio justo e solidário. Desta forma, a economia local passa a ser reconhecida e valorizada pelos consumidores, que ganham uma relação mais próxima com as(os) agricultoras(os), e vice-versa.

A partir da perspectiva das famílias agricultoras agroecológicas que fornecem para o GCR Jerivá, observou-se que a valorização das mulheres ainda é um desafio na realidade das famílias, visto que, algumas famílias indicam o trabalho da mulher como “ajuda” mesmo sendo elas responsáveis pelo trabalho doméstico e produtivo, tendo acúmulo de tarefas e de exaustivas jornadas de trabalho. A participação destas famílias no GCR incentiva a valorização e a visibilidade das mulheres enquanto protagonistas de seus empreendimentos. Dinâmicas desta natureza têm se mostrado fundamentais para o reconhecimento destas mulheres não apenas como fornecedoras e agricultoras, mas, sobretudo, nos diversos papéis que representam, seja como mulheres do campo, do lar, ou ainda à frente da comercialização.

A manutenção da agrobiodiversidade nos territórios em parceria com arranjos produtivos relacionados à economia solidária, via GCR Jerivá, tem contribuindo para a construção de processos de soberania alimentar, além de permitir aos consumidores e consumidoras obterem acesso a alimentos agroecológicos a um preço mais justo.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Rio Grande e à Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária pelo provimento da bolsa, ao Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Agroecologia e Economia Solidária (GPIAE).

Referências

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção I, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acessado em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 mai. 2017. Seção I, p.11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acessado em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021. Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 2021. Seção I, p.3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10688.htm#art1. Acessado em: 24 mar. 2022.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Estilos de agricultura: uma perspectiva para análise da diversidade da agricultura familiar. In: **Ensaio FEE**, v.

31, n. 1. Revista Eletrônica, Fundação de Economia e Estatística, 2010, p.149-186. Disponível em <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2240/2773>. Acessado em 24 mar. 2022.

DEL GROSSI, Mauro. Agricultura familiar ampliada. In: **Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar, jul.**, Boletim Informativo, CEGAFI/UNB, 2020, 2 p. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/del%20grossi%20agricultura%20familiar.pdf>. Acessado em 12 abr. 2022.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).FAO no Brasil. **Semana Nacional de Conscientização da Perda e Desperdício de Alimentos**. Brasília, FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1163036/>. Acessado em: 24 mar. 2022.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **La Covid-19 y el acceso de los pequeños productores a los mercados**. Roma, FAO, 2020. 9 p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca8657es/CA8657ES.pdf>. Acessado em 12 abr. 2022.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na Economia Solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 37-51.

FREITAS, Isabela Fredes; PINHO, Thielle Vieira; LOPES, Roberto Caldeira; CALDASSO, Liandra Peres; MASCARENHAS, Thais Silva; GUATIMOSIM, Eduardo. Comércio justo e solidário na prática: a experiência do Grupo de Consumo Responsável Jerivá. In: **Revista Brasileira de Agroecologia, no prelo**. Revista Eletrônica, Associação Brasileira de Agroecologia, 2022, 10 p.

GONÇALVES, Juliana Rodrigues;. MASCARENHAS, Thais Silva. **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo, Instituto Kairós, 2017. 114 p.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. In: **Política & Sociedade**, v. 15. Revista Eletrônica, UFSC, 2016. p. 208-233. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em 12 abr. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em 12 abr. 2022.

INSTITUTO KAIROS; CAPINA. **Práticas de comercialização: Uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo, Instituto Kairós, 2013, p.160. Disponível em <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Livro-Praticas-de-Comercializacao.pdf>. Acessado em 23 mar. 2022.

JUNIOR Murilo Freire; SOARES Antonio Gomes. Orientações quanto ao manuseio pré e pós-colheita de frutas e hortaliças visando à redução de suas perdas. In: **Comunicado Técnico, n. 205**. Revista Eletrônica, Embrapa, 2022. 5 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1003270/1/CT205finalizado.pdf>. Acesso em 23 mar. 2022.

LIMA, Maria Imaculada da Fonseca. **Paisagem, Território e Sistemas Agrários: um estudo em São Lourenço do Sul**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, 153p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11010>. Acessado em: 24 mar. 2022.

LOMBARDI Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, Andrea. (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009. p. 134-158.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Ensaio FEE, v. 25**, n. 1, Revista Eletrônica,

- Fundação de Economia e Estatística, 2004. p. 299-322. Disponível em <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>. Acessado em 12/04/2022.
- MARQUES Flávia Charão; KRONE, Evander Eloí; CRUZ, Patrícia Postali; SCHNEIDER, Maurício. Produzir e comer ecológico: saberes e viveres em transformação. In: MENASCHE, Renata. (Org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015. p. 33-72.
- PISTELLI, Renata de Salles S.; MASCARENHAS, Thais Silva. **Organização de Grupos de Consumo Responsável**. São Paulo, Instituto Kairós, 2011. 32 p.
- SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, MDA, 2017. p. 265-291.
- SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. In: PERAFÁN, Mireya. E. Valencia; SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z.; CNAVESI, Flaviane de C.; Ávila, Mauro Lúcio de. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar**. São Leopoldo, Oikos, 2022. p. 147-164.
- SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, v. 1, n. 1. Revista Eletrônica, UFPEL, 2013. p. 73-100. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/2670>. Acesso em 12 abr. 2022.
- SCHMITT, Claudia Job.; GRISA, Cátia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, Paulo André; DE ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba, Kairós, 2013. p. 267-298.
- SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso: In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. (Orgs.). **Desenvolvimento Rural, tendências e debates contemporâneos**. Ijuí, Unijuí, 2006. p. 1-24.
- SCHNEIDER, Maurício; KRONE Evander Eloí; MENASCHE Renata. De morenos e alemães-batata à quilombolas e pomeranos: reflexões acerca de marcadores identitários e políticas públicas. In: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 41. Revista Eletrônica, UFF, 2016. p. 266-294.
- SILVA, Sandro Pereira; VAILANT, Clovis; NETO, Oscar Zala Sampaio; DA CUNHA, Bruna Nunes; TRICAUD, Solène; PEREIRA, Frederico Campos; AZEVEDO, Lucyana Xavier; NETO, Manoel Pereira de Macêdo; COSTA, Lício Romero; DA SILVA, Adriana Rodrigues; MORAIS, Leandro Pereira; FONSECA, Sérgio Azevedo. CHIARELLO, Caio Luís. Extensão universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da Covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 69. Boletim Eletrônico, IPEA, 2020. p. 1-12. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10189/1/bmt_69_ExtUniv.pdf. Acesso em 10 abr. 2022.
- UENO, Vanessa Ayumi; NEVES, Marcos Corrêa; DE QUEIROGA, Joel Leandro; RAMOS FILHO, Luiz Octávio; DE OLIVEIRA, Laíssa Pacheco. Estratégias de comercialização da Agricultura Familiar: estudos de caso em assentamentos rurais no estado de São Paulo. In: **XII Simpósio sobre Reforma Agrária e questões rurais**, Araraquara, UNIARA, 2016. 14 p. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1065665>. Acesso em 10 abr. 2022.
- WEDIG, Josiane Carine, MARTINS Viviane Santi; MENASCHE Renata. Plantar, criar, comer: classificações da comida e das pessoas no interior de famílias rurais. In: **Simpósio Fazendo Gênero 8**, Florianópolis, UFSC, 2008. 7p. Disponível em

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST6/Wedig-Martins-Menasche_06.pdf. Acesso em 09 abr. 2022.